



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

N.º \_\_\_\_/2026.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.827.570-45, portador da R.G nº 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ - CEP: \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ e portador da C.I. nº \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, apto \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ - CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 087/2026 e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente é a **aquisição e instalação de academias ao ar livre e playgrounds, no município de Santo Antônio da Patrulha/RS, em atendimento ao Convênio Ministério do Esporte nº 152/2025 – Transferegov.br nº 961530/2024**, conforme solicitado pelo memorando nº 205/2026–SEMOT, de 15/04/2026 e termo de pedido de compra nº 2026/1367 de 15/04/2026 e acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência e abaixo descritas:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Un	07	Aparelho simulador de remo individual fabricado com tubos de aço carbono. Barra chata. Tubo de aço carbono trefilado. Chapas de aço carbono para ponto de fixação do equipamento para banco e encosto. Tem a finalidade de fortalecer músculos das costas e ombros.	R\$	R\$
02	Un	07	Aparelho simulador de esqui individual fabricado com tubos de aço carbono. Tubo de aço carbono trefilado. Metalão. Chapa de aço carbono para ponto de fixação do equipamento e para chapa de apoio de pé.	R\$	R\$
03	Un	07	Aparelho simulador de caminhada individual fabricado com tubos de aço carbono. Chapas de aço carbono para ponto de fixação do equipamento e para chapa de apoio de pé. Tubo em aço carbono trefilado.	R\$	R\$
04	Un	06	Aparelho para exercício abdominal fabricado com tubos de aço carbono de. Chapas de aço carbono. Barra chata. Chumbador com flange, corte a laser com parafusos de fixação zincados e arruela zincada e hastes de ferro maciço trefilado.	R\$	R\$

O presente contrato está vinculado:

- 1.1.1- Ao Termo de Referência
- 1.1.2- Ao Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- 1.1.3- A Proposta do Contratado



## **1.2- DESCRIÇÃO DETALHADA:**

**1.2.1-** Os itens acima descritos deverão ser entregues e instalados conforme suas especificações, nos locais indicados no Termo de Referência, no município de Santo Antônio da Patrulha – RS. A instalação dos equipamentos refere-se exclusivamente à fixação dos mesmos em base de concreto fornecida pelo Poder Público:

a) **Item 1: Praça no Bairro Lomba da Páscoa no Bairro Jaú, Praça Nossa Senhora da Boa Viagem no Bairro Pitangueiras, Praça e Quadra de Esportes no Bairro Bom Princípio/COHAB, Praça do Bairro Santa Teresinha, Bairro Madre Teresa, Praça da Figueira – Bairro São José, Bairro Passo dos Ramos;**

b) **Item 2: Praça no Bairro Lomba da Páscoa no Bairro Jaú, Praça Nossa Senhora da Boa Viagem no Bairro Pitangueiras, Praça e Quadra de Esportes no Bairro Bom Princípio/COHAB, Praça do Bairro Santa Teresinha, Bairro Madre Teresa, Praça da Figueira – Bairro São José, Bairro Passo dos Ramos;**

c) **Item 3: Praça no Bairro Lomba da Páscoa no Bairro Jaú, Praça Nossa Senhora da Boa Viagem no Bairro Pitangueiras, Praça e Quadra de Esportes no Bairro Bom Princípio/COHAB, Praça do Bairro Santa Teresinha, Bairro Madre Teresa, Praça da Figueira – Bairro São José, Bairro Passo dos Ramos;**

d) **Item 4: Praça no Bairro Lomba da Páscoa no Bairro Jaú, Praça e Quadra de Esportes no Bairro Bom Princípio/COHAB, Praça do Bairro Santa Teresinha, Bairro Madre Teresa, Praça da Figueira – Bairro São José, Bairro Passo dos Ramos.**

**1.2.2-** – A contratação será realizada por meio de Licitação, na modalidade de Pregão, na sua forma Eletrônica, com o critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.2.3-** Os produtos estarão sujeitos à devolução caso não atendam as especificações exigidas neste edital, caso este em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto.

**1.2.4-** Não caberá à administração municipal nenhum tipo de custas adicionais na montagem, instalação, transportes e assim como despesas de alimentação e hospedagem de técnicos e funcionários da contratada.

**1.2.5-** Em caso de acidente na montagem dos equipamentos objeto deste certame, bem como no acompanhamento da funcionalidade dos mesmos serão totalmente arcados pela contratada.

**1.2.6-** Em caso de defeito no equipamento durante a instalação, a contratada deverá substituí-lo de imediato por outro da mesma capacidade e/ou superior.

**1.2.7-** A contratada deverá seguir as normas da NBR e ABNT. Qualquer acidente que, por ventura, venha a ocorrer com energia elétrica e/ou semelhante, tanto de funcionários da contratada, bem como de terceiros, será de inteira responsabilidade da contratada.

**1.2.8-** A administração municipal não poderá se responsabilizar por qualquer tipo de agravou e/ou acidente que ocorra quando da prestação de serviços.

## **1.3- PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**1.3.1-** O prazo de entrega do material será de, no máximo, 60 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**1.3.2-** Local de entrega: Os itens que compõem o objeto deste certame deverão ser entregues conforme descrito no item 2.1 deste Termo de Referência e deverão estar de acordo com as especificações e condições contidas neste documento e com a proposta apresentada na licitação.

**1.3.3-** O material deverá ser entregue de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, a não ser que outro horário seja acordado entre as partes.

**1.3.4-** Condições de entrega: entrega única, conforme Nota de Empenho.

## **1.4- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO**

**1.4.1-** Tais materiais estão sujeitos à devolução caso não atendam as especificações exigidas no edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto.

**1.4.2-** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o fiscal não aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**

## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**1.4.3-** Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 03 (três) dias.

**1.4.4-** O fiscal terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final dos produtos.

**1.4.5-** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeito ou incorreções.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a contratação tendo em vista o atendimento da demanda relacionada à realização de atividades esportivas comunitárias as quais devem ser incentivadas pela Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**3.1 - O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 120 (cento e vinte) dias,** a contar da assinatura do mesmo, onde devem ser considerados todos os requisitos constantes no Edital, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos termos da Lei.

**3.1.1- A vigência do contrato surtirá efeitos a contar da última assinatura entre as partes.**

**3.1.2- Por se tratar de aquisição de materiais com recurso federal, através do Convênio Ministério do Esporte nº 152/2025 – Transferegov.br nº 961530/2024, o empenho referente ao contrato somente será emitido após análise do Processo Licitatório pelo Concedente, bem como a emissão da Autorização de Início de Objeto (AIO) pela mesma, após a liberação parcial ou total do recurso pelo Ministério do Esporte.**

**3.2 - Na hipótese das assinaturas eletrônicas se darem em datas diferentes da data do documento, prevalecerá a data da última assinatura.**

**3.3 - É fixado o prazo de 03 (três) dias para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação.**

**3.4 - A fiscalização do respectivo contrato será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, por Portaria específica, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.**

**3.5 - A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.**

### **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

O valor contratual é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.1- O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A contratada deverá apresentar os documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual deve estar discriminado o bem, e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio e o número do Pregão Eletrônico.**

**4.2- O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal do contrato, designado em Portaria;**

**4.3- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;**

**4.4- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal;**

**4.5- A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2108/2022.**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**

## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**4.6-** A contratada deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Dotação: 1693 – Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**

**Programa de Trabalho: 0042 – Viva Esporte – Movimento que Transforma**

**Ação: 1089 – Transf. União Convênio 961530/24 – Academias e Playgrounds ao Ar Livre**

**Elemento de Despesa: 4.4.90.52.10.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente**

**Fonte de Recurso: 1700 – Outras Transf. Convênios ou Instrumentos Congêneres da União**

**Rubrica Item: 4.4.90.52.10.00.00.00 – Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões**

**Dotação: 1694 – Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**

**Programa de Trabalho: 0042 – Viva Esporte – Movimento que Transforma**

**Ação: 1089 – Transf. União Convênio 961530/24 – Academias e Playgrounds ao Ar Livre**

**Elemento de Despesa: 4.4.90.52.10.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente**

**Fonte de Recurso: 1700 – Outras Transf. Convênios ou Instrumentos Congêneres da União**

**Rubrica Item: 4.4.90.52.10.00.00.00 – Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões**

### **CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**6.1-** O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

**6.2-** A fiscalização do contrato, no momento da entrega, será realizada por servidor designado em portaria específica.

**6.3-** Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**7.1-** Executar o objeto, conforme especificações deste contrato e em consonância com o Anexo I – Termo de Referência e a proposta de preço apresentada;

**7.2-** Obedecer à cronologia da entrega do objeto, atendendo as solicitações da CONTRATANTE;

**7.3-** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.4-** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

**7.5-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

**7.6-** Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem, ou que possa comprometer a sua qualidade.

**7.7-** Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

**7.8-** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

**7.9-** Substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos todo e qualquer material, que vier a apresentar avaria no ato de sua entrega

**7.10-** Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

**7.11-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.





**CLÁUSULA OITAVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.1.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021);

**d) Multa:**

d.1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “d”

d.2) moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3) O atraso superior a 02 meses autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art 137 da Lei n.º 14.133/2021.

d.4) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, previstas nas alíneas “c”, “e”, “f”, “g” e “h”.

**d.5) As penalidades de multa serão atualizadas pelo índice do IPCA-IBGE.**

**8.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021);

**8.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021):**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**8.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei.

**8.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**8.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**8.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA NONA- DA EXTINÇÃO**

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2026**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Aplica-se ao presente contrato o disposto no art. 89 da Lei 14.133/2021, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA** - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**- O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o artigo 94, da Lei 14.133/2021.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**

## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

**CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA** - Em razão da inexistência de exigência legal, fica dispensada a assinatura das testemunhas e do fiscal.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santo Antônio da Patrulha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**RODRIGO GOMES MASSULO**  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**